

Estratégia Regional Cultura 2030



VISÃO ESTRATÉGICA PARA A REGIÃO CENTRO 2030

ESTRATÉGIA REGIONAL DE CULTURA 2030
CULTURA, CRIATIVIDADE E RESILIÊNCIA DOS TERRITÓRIOS

Direção Regional de Cultura do Centro

setembro 2020

ÍNDICE

Introdução	3
1. Sobre o Papel da Cultura nas Estratégias de Desenvolvimento Territorial	5
2. Estudo “Cultura no pós-Centro 2020”	16
2.1. Os Objetivos e os Participantes	16
2.2. O Diagnóstico – Políticas Culturais Locais.....	18
2.2.1. Órgãos Autárquicos específicos da Cultura	18
2.2.2. Instrumentos de Gestão Autárquica na área da Cultura	19
2.2.3. Principais Projetos desenvolvidos no atual mandato	19
2.2.4. Equipamentos Culturais e Património Cultural Imóvel	21
2.3. O Futuro.....	28
2.3.1. Contributos para um Programa Operacional de Cultura para a Região Centro	29
3. Estratégia Regional de Cultura 2020-2030	33
3.1. A Visão para a Região Centro	34
3.2. Objetivos Estratégicos	36
3.3. Ações Estratégicas: Património. Reabilitar & Museus. Modernizar	37
3.4. Ações Estratégicas: Conteúdos. Criar & Acesso. Democratizar	41
3.5. Indicadores e Resultados.....	45
Conclusão	46
Bibliografia	47

INTRODUÇÃO

O presente documento pretende assumir-se como o contributo da Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC) à fase de auscultação pública coordenada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C), com vista ao desenho de uma “Visão Estratégica para Região Centro 2030” e dos seus instrumentos de intervenção no contexto do novo ciclo de programação.

Este contributo assenta num tríptico estruturante a partir do qual se organiza a reflexão que conduz à ESTRATÉGIA REGIONAL DE CULTURA 2030, construído por:

CULTURA - CRIATIVIDADE -RESILIÊNCIA DOS TERRITÓRIOS

Concorre para o desenho desta Estratégia um conjunto de estudos e documentos de referência no âmbito das Políticas Públicas para a Cultura, salientando-se, desde logo, o estudo “CULTURA NO PÓS-CENTRO 2020”, realizado pelo Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho, para a Direção Regional de Cultura do Centro, que mobilizou e auscultou três tipologias de entidades: os Municípios, as Comunidades Intermunicipais e os Agentes Culturais da Região Centro. Deste estudo resultou a visão global da região sobre si própria, mas também, e a esse tempo, as expectativas de investimento, no domínio da cultura, dos diferentes *players* e territórios no horizonte de dez anos (2020-2030).

De igual modo, são chamados à elaboração desta estratégia documentos como o Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023, a “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030”, elaborada pelo Prof. António Costa Silva, a “Estratégia Nacional do Saber Fazer Português 2019-2024”, do Governo Português, as “Estatísticas de Cultura 2018”, promovidas pelo Instituto Nacional de Estatística, as “Estatísticas Culturais Europeias. Emprego no Setor Cultural”, do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), o “Culture and Creative Sectors in the European Union – Key future developments, challenges and opportunities” encomendado pela Comissão da Cultura e da Educação (Parlamento Europeu), “The Impact of the COVID-19 pandemic on the Cultural and Creative Sector”, realizado pelo KEA European Affairs, a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões intitulada “Uma nova Agenda para a Cultura”, de 2018, o “Relatório sobre a Nova Agenda Europeia para a Cultura” da Comissão da Cultura e da Educação (Parlamento Europeu), entre outros.

Com este documento procuramos contribuir de forma ativa, e do ponto de vista específico da Cultura, para a resposta a duas questões lançadas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C), que se prendem com as apostas nacionais que podem encontrar nos ativos específicos

da região respostas capazes e com os constrangimentos estruturais que ainda afetam a região, procurando-se deste modo identificar e propor dinâmicas de valorização de recursos que podem ser incrementadas em escalas de maior abrangência territorial.

Esperamos, desde modo, que este documento contribua para a construção de um referencial estratégico assente nas necessidades e prioridades de investimento na área da cultura, no contexto de um novo período de programação financeira que neste momento se desenha, e que se constitua, desta forma, na materialização objetiva da visão preconizada no documento “Visão Estratégica para a Região Centro 2030”, no âmbito do qual se pretende

*Uma região que procura reforçar a sua competitividade nacional e internacional e consolidar um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva, pugnando para que as dinâmicas mais proeminentes de inovação se alarguem territorialmente, seja pela criação de novos focos de inovação em territórios menos densos e empreendedores, seja pela transferência de conhecimento enquanto veículo de atração de investimento e de jovens com qualificações superiores, **seja ainda pela valorização da criatividade, da arte e da cultura** e do papel das cidades mais internacionalizadas (CCDR-C,2020:49).*

1. SOBRE O PAPEL DA CULTURA NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A “Visão Estratégia para a Região Centro 2030” proposta pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro identifica com clareza as “forças, fragilidades, oportunidades e ameaças” que caracterizam a Região no seu presente, sendo apontado como estruturante, e de múltiplos pontos de vista, a necessidade de “estancamento/declínio demográfico a que a programação 2021-2027 deve dedicar atenção particular” (CCDRC,2020:7).

Neste contexto, a Região chama a si um conjunto de desígnios para os próximos dez anos que passam, entre outros, por

- “reforçar a sua competitividade nacional e internacional e consolidar um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva”, nomeadamente, através da “**valorização da criatividade, da arte e da cultura**” (CCDRC,2020:49);

- “trabalhar e promover a capacitação para a resiliência dos territórios mais vulneráveis e mais carenciados de “energia demográfica”, promovendo a coesão territorial, valorizando a criatividade de organização dos territórios e a capacidade de iniciativa local e as condições de atração de população (i)migrante” (CCDRC,2020:49).

Percebe-se, deste modo, a relação umbilical, conceptual e estratégica, estabelecida entre políticas culturais e políticas de valorização dos territórios associadas a problemas demográficos concretos (desertificação/envelhecimento), sendo mesmo sugerido a necessidade de desenvolvimento de um conjunto de “instrumentos novos considerados cruciais para a fixação e atração de jovens casais ou de jovens em geral a esses territórios”, nomeadamente, “políticas municipais de (...) **animação e fruição cultural**” (CCDRC,2020:48).

A Cultura surge assim associada, neste documento, a dois desafios, a saber,

- **Desafio 7.3. “Valorizar e densificar o sistema urbano regional”**, no âmbito do qual é proposta (CCDRC,2020:59):

- ❖ a conceção de “programas de internacionalização e competitividade para as cidades” através, entre outros, da “**atração e organização de eventos culturais**” e “participação em redes de cooperação internacional e em projetos urbanos inovadores”;

- ❖ o apoio a “**projetos exemplares de recuperação de património histórico**” através da “reutilização funcional de edifícios e espaços e modelos de gestão e ocupação dos mesmos, em linha com os projetos de internacionalização e competitividade das cidades”;
- ❖ o apoio a “projetos classificáveis como boas práticas a disseminar, em termos de **partilha e cooperação de recursos, equipamentos e oferta cultural e de animação urbana** entre diferentes cidades ou redes para esse efeito constituídas;
- ❖ o apoio à “organização de uma **rede regional de instituições e equipamentos com políticas culturais marcantes, focada na consagração da cultura como recurso de desenvolvimento dos territórios**”

- **Desafio 7.6. “Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas”,** sendo sugerido (CCDRC,2020:66):

- ❖ promover projetos geradores e disseminadores de boas práticas em termos de **combinação das atividades culturais e educativas** como formas de combate à exclusão social, tirando partido entre outras condições da resposta das comunidades à pandemia COVID-19;

Fazendo a extração das palavras-chave sugeridas no presente documento no que aos Desafios e Linhas de Intervenção diz respeito, resulta da análise ao documento a matriz seguinte:



Incorporando os contributos das CIM apresentados neste documento, identificam-se nas suas propostas várias alusões à Cultura, que tendencialmente exploram o potencial da cultura e do património cultural enquanto ativo turístico e não propriamente enquanto agente de promoção da coesão territorial e meio de promoção e desenvolvimento de massa crítica nos territórios (deste modo, como recurso de promoção/marketing territorial e não necessariamente como meio de estímulo ao desenvolvimento/capacitação das condições intrínsecas do território e, deste modo, como meio de fixação das comunidades). No quadro seguinte apresentam-se as principais referências encontradas no documento em apreço.

CIM	CONTRIBUTO
CIM Médio Tejo	“Valorização de produtos turísticos estratégicos e diferenciadores no contexto do Centro e da AML (turismo cultural, histórico, patrimonial e Gastronomia e Vinhos; (...), Turismo Espiritual e Religioso)” (CCDRC,2020:79)
CIM Oeste	Introduz “uma dimensão transversal de capacitação para a transformação digital, reforçando o potencial de diferenciação da especialização produtiva no (...) turismo (com aposta associada na valorização do património natural e cultural)” (CCDRC,2020:80), alicerçado deste modo, no “contributo diferenciador para a natureza compósita em termos de produtos do destino turístico Centro” (CCDRC,2020:81).
CIM Região de Aveiro	“Uma frente ampla de investimento municipal e intermunicipal na inovação em serviços públicos orientados para a qualidade de vida (Saúde, Cultura, Educação, Desporto e Inclusão)” (CCDRC,2020:84)
CIM Região de Coimbra	“Requalificação/reutilização dos equipamentos culturais da região (Ex: Mosteiro de Lorvão) e “Programa de investimento no turismo de natureza, preservando a paisagem e a biodiversidade e valorizando as Aldeias Vivas - Aldeias para visitar, aldeias para descansar, aldeias para trabalhar, dotadas de espaços de cowork” (CCDRC,2020:88)
CIM Região de Leiria	“Valorizar a aposta nas indústrias criativas e design industrial no âmbito do Leiria Innovation Hub” “Promover as dimensões de inovação e sustentabilidade nos produtos turísticos na região, capitalizando a diversidade urbano-rural, mais-valias ambientais e relevância do património histórico-cultural na Região de Leiria” (CCDRC,2020:88)
CIM Viseu Dão Lafões	“a governação territorial baseada na cooperação intermunicipal como aposta para a “dinamização do seu tecido empresarial e afirmação do potencial dos seus patrimónios natural, cultural e social” (CCDRC,2020:90), propondo-se “valorizar, gerir e monitorizar os serviços de ecossistema (...), quer na vertente produtiva, quer na de lazer e cultura ” (CCDRC,2020:91)

Deste modo, e ainda que do ponto de vista do desenvolvimento económico dos territórios, e muito concretamente na Região Centro, a indústria turística tenha vindo a assumir um papel estratégico relevante e ainda que esta indústria alicerce parte da sua oferta no denominado turismo cultural, que encontra no património cultural, material e imaterial, das comunidades, fonte de inspiração para o desenvolvimento de novos produtos turísticos, torna-se hoje evidente que a Cultura não é, no âmbito das estratégias de desenvolvimento territorial, apenas um produto turístico vendável, podendo e devendo ser chamada a um papel estratégico relevante de capacitação das comunidades locais para os desafios que o futuro nos coloca.

De certo modo, e no contexto das políticas públicas de promoção de valores culturais e identitários locais, ainda que não se coloque em causa a importância estratégica da promoção turística dos lugares e da sua capacidade de atração de visitantes (e, de preferência, até, de turistas), consideramos que no contexto particular que vivemos, será também determinante não perder de vista a capacidade inigualável da Cultura para estimular a fixação das comunidades residentes e de acolhimento, procurando deste modo, mais do que **atrair talento aos territórios**, criar condições para o desenvolvimento do **talento dentro dos territórios**.

Em todo o caso, e como bem sabemos, as políticas culturais nas duas últimas décadas tiveram um carácter profundamente instrumental associado ao “marketing de lugar”, à promoção da atratividade das cidades e regiões, à promoção do consumo cultural, mais do que à própria sustentabilidade da Cultura, entendida esta como o conjunto de práticas, políticas e estratégias de salvaguarda e preservação do património material e imaterial de uma comunidade e promoção da cultura e criatividade dos territórios.

Porém, a sustentabilidade da cultura deve ser entendida, em nossa opinião, na medida do que é defendido por várias convenções internacionais, nomeadamente, pela “Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural” (UNESCO,1972), no âmbito da qual se constata que o património cultural está cada vez mais ameaçado de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através de fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes, sendo assumido que a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural constitui um empobrecimento efetivo do património de todos os povos do mundo. Por esta razão mesma, defende o artigo 4º da Convenção “cada um dos Estados (...) deverá reconhecer a obrigação de assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural (...)” (UNESCO,1972:3).

Um pouco por todo o mundo, as estratégias e políticas públicas têm evocado a ideia de promoção da “cidade cultural” representando este conceito a perceção de uma ‘cidade enérgica’ onde novos setores económicos (da informação, comunicação, serviços financeiros) substituem os velhos e vazios “chãos das fábricas”. O problema, contudo, é que esta retórica, tão bem vendida por uns quantos consultores e gurus das ‘Novas Babilónias’, mais não têm sido do que elaboradas estratégias de marketing/branding que visam apenas atrair jovens profissionais com um poder de compra relativamente elevado, que possam contribuir para a recuperação económica das cidades. O consumo no espaço urbano tornou-se, assim, o centro da estratégia, trazendo consigo novos conceitos para a agenda política: o de lazer e ócio, o de entretenimento e animação, o de ‘estilos de vida’ associados ao consumo cultural, o de consumidor cultural, que já não de públicos da cultura.

Para trás parece ficar o poder imenso da cultura como fator de agregação de uma comunidade. Aliás, para trás têm ficado as próprias comunidades que ao invés de serem as protagonistas da sua própria Cultura, tendem, também elas, a ser instrumentalizadas na sua capacidade cénica de representação de ‘fabricadas identidades’. Trabalha-se o património e a cultura para atrair turistas e não para desenvolver nas comunidades um sentimento de pertença verdadeiramente agregador que as faça **querer viver na sua cidade, na sua vila, na sua aldeia.**

Deste modo, e apesar das estratégias e políticas culturais serem apresentadas como estratégias regenerativas das cidades, o que as define não é tanto o interesse da renovação cívica e social, mas razões meramente economicistas: “sob a superfície, a cidade cultural é uma cidade de empreendimentos imobiliários” (Miles,2012:10).

Grandes e espetaculares infraestruturas, assinados por igualmente grandes e espetaculares arquitetos e megaeventos culturais cobriram a paisagem física e humana das cidades um pouco por todo o mundo, e a herança e o património cultural, a história e as tradições, assumiram, neste novo contexto, um protagonismo instrumental inesperado: **o de decoração.** As estratégias e políticas culturais transformaram-se, assim, numa espécie de lista de verificação de requisitos: uma nova galeria de arte, um festival étnico, um cluster de media ou alguma forma de arte pública!

Contudo, ainda que todo este investimento tenha funcionado, num momento inicial, como poderoso instrumento de marketing para as cidades, o que promoveu e deixou atrás de si, efetivamente, em termos culturais?

Muitos são os autores que defendem que a ambição maior destes projetos foi apenas a de atrair o turismo cultural, que se limita a explorar a arte e o património para incentivar profissionais e empresários a visitar a cidade, estimulando consumos que geram atividade económica em hotéis, restaurantes, boutiques e

lojas de museus. Dito de outro modo, transformamos as cidades num ‘refúgio para turistas’, no sentido em que estas estratégias parecem apenas preocupadas em atrair o “perfeito turista pós-moderno” (Llosa,2012:26), o consumidor privilegiado do turismo cultural, como forma de estimular a atividade económica local e, conseqüentemente, como forma de sobrevivência no mercado.

PORÉM, A CULTURA É MAIS DO QUE ISSO!

A Cultura é um valor integrado. É fator de enriquecimento das comunidades, de cada pessoa em cada comunidade. É fator de autoestima e autodeterminação, gerador de conhecimento, capacidade crítica e criativa e de formação para a cidadania. É fator de inclusão, aproximação, entendimento.

A Cultura não serve para ATRAIR mas para **FIXAR**. Não deve ser um exercício de *branding* mas um exercício de cidadania.

Os monumentos, os museus, o património imaterial de uma comunidade, as suas identidades culturais e mnemónicas estão, por isso, acima de um qualquer valor de mercado, na justa medida em que constituem importantes fontes de afirmação, inspiração e coesão de comunidades cada vez mais sujeitas à forte pressão/erosão de um mundo global e globalizante.

Como é defendido pela Unesco, “a criatividade contribui para a construção de sociedades abertas, inclusivas e pluralistas. Tanto o património como a criatividade constituem as bases de uma sociedade do conhecimento vibrante, inovadora e próspera”, sendo que não haverá desenvolvimento sustentável “sem uma forte componente cultural. Na realidade, só uma abordagem do desenvolvimento centrada no ser humano e baseada no respeito mútuo e diálogo aberto entre culturas poderá produzir resultados duradouros, inclusivos e equitativos”.

02 de março de 2020.

E de repente a humanidade é confrontada com a declaração de uma pandemia pelo novo coronavírus, o COVID-19, registando Portugal o seu primeiro caso a 02 de março de 2020, o que iniciará uma crise sem precedentes na nossa contemporaneidade, com impactos e conseqüências ainda não totalmente compreendidos e assimilados, mas que colocam em questão tudo aquilo que sabíamos, tudo aquilo que esperávamos, tudo aquilo que nos estrutura como comunidades e seres humanos, impondo um

distanciamento social que, claramente, nunca desejámos e que afetou, de forma dramática o setor cultural e criativo em todo o Mundo.

Muitos são os estudos que procuram demonstrar (ainda com resultados preliminares) o impacto social e económico desta pandemia no setor cultural e criativo, mas muito para além da evidência dos números, resulta claro, à escala planetária, que a produção global no domínio cultural parou. Os eventos, grandes médios ou pequenos, foram adiados ou cancelados e “as livrarias, os cinemas, as salas de espetáculo, os museus, os teatros, os lugares de património ou as galerias de arte foram encerradas” (KEA,2020:3). Os prejuízos financeiros na indústria cultural e nos seus diferentes subsectores são incomensuráveis, gerando uma severa crise social que afeta milhões de trabalhadores em todo o mundo. De resto, importará sempre salientar que falamos de um setor já por si fragilizado, onde cerca de um terço da força de trabalho, na EU-28, é essencialmente constituída por trabalhadores por conta própria, com condições de trabalho significativamente precárias e instáveis. Como detalha o KEA:

É evidente que as perdas sofridas devido à pandemia diferem dependendo das diferentes fontes de remuneração dos trabalhadores do setor cultural e criativo, bem como o estatuto jurídico concedido aos artistas e freelancers em determinados países (a proteção social para artistas é muito desigual em toda a Europa). O impacto é mais significativo para aqueles que dependem de eventos ao vivo e das respetivas receitas, dado que essas atividades têm sido obrigatoriamente encerradas ou canceladas. Ao mesmo tempo, outras instituições estão, ou em melhor situação para fazer frente à disponibilidade de dinheiro público ou organizam atividades que não exigem muita interação social (por exemplo, escritores, artes visuais, que podem ser produtivos em teletrabalho). Contudo, um perceptível fio condutor liga todas as situações pessoais: a precariedade com um futuro incerto (KEA,2020:5).

Por isso, perspetivar e planejar um futuro comum é, agora, mais desafiante, mas, talvez nunca como agora, tão profundamente exigível.

A União Europeia, várias organizações mundiais e diversos governos têm vindo a implementar várias medidas que visam mitigar o impacto desta crise no setor cultural e criativo. No caso de Portugal, e entre outras, o Ministério da Cultura criou diversas linhas de apoio e iniciativas específicas para o setor cultural, nomeadamente, a Linha de apoio à adaptação dos espaços às medidas decorrentes da COVID-19; a Linha de apoio às entidades artísticas profissionais; a Linha de apoio social adicional aos artistas, autores, técnicos e outros profissionais da cultura; a Linha de Apoio às Artes; a Linha de Apoio às Editoras e

Livrarias; medidas específicas para o setor da comunicação social; Medidas específicas de reagendamento e cancelamento de espetáculos; Apoios extraordinários ao Cinema e Audiovisual.

No conjunto, estas linhas de emergência têm procurado dar uma resposta imediata às consequências da crise, sabendo-se de antemão que a recuperação do setor cultural e criativo e a sua preservação no tempo exigirá o desenvolvimento de políticas públicas consistentes e estruturantes de médio e longo prazo.

Contudo, e como lembra ainda o KEA,

*A crise é a oportunidade de reconhecer a **importância económica e social do setor cultural e criativo na promoção da coesão social** ao tornar os lugares e territórios atrativos para os locais e turistas e ao gerar empregos. O setor cultural e criativo desempenha um papel crucial no bem-estar das comunidades e na coesão social. Lidera a construção de sentido coletivo. Faz parte de um ecossistema essencial que valoriza a liberdade de expressão, a inovação, a partilha coletiva de experiências e emoções. Os artistas expressam a nossa consciência coletiva. Certamente, a pandemia irá gerar grandes artes. (...). Os artistas irão capitalizar sobre o medo e a neurose. Esta pandemia mundial irá inspirar a escrita, trazendo uma nova literatura, uma nova cinematografia e novas músicas, que irão questionar as nossas políticas, tecnologia, ciência e comportamentos sociais (KEA,2020:12).*

Porque este é o poder maior da Cultura: a sua capacidade de questionar e interrogar o mundo e de o confrontar consigo próprio, gerando conhecimento, capacidade de reflexão e pensamento crítico.

Por isso, e num momento tão dramático como é aquele que hoje vivemos coletivamente, que mais do que nunca nos exige um profundo sentido de cooperação, de diversidade cultural e de solidariedade, a Cultura e a Arte serão, necessariamente, os maiores trunfos da Humanidade. E talvez aqui se entenda melhor o repto lançado pelo Prof. António Costa Silva, no documento “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030”, quando afirma:

É altura de o País assegurar e reforçar o mercado de bens e serviços culturais, promover e preservar o emprego nesta área e reconhecer o valor económico e geopolítico da cultura. A criatividade na produção de bens culturais, a formação e comunicação, a disseminação das atividades, o impacto das novas tecnologias, a mudança de paradigmas, a gestão das organizações culturais e políticas ativas de apoio à cultura, são cruciais (...). A cultura tem externalidades elevadas, vale não só por si, mas também pelos efeitos que tem em múltiplas áreas da economia, da educação, da inovação, da integração social e das plataformas de

cooperação que abre para o mundo. A cultura, como disse Jacques Attali, é a primeira fonte de criação de riqueza e o último obstáculo à mercantilização do Mundo (Silva,2020:32).

No contexto deste documento, o seu autor apresenta então um conjunto de “Futuros Possíveis de Portugal”, referindo, nomeadamente, o “reforço do papel geopolítico de Portugal no mundo, **com uma maior aposta na língua e na cultura**”, “com o investimento nas redes de produção e promoção cultural, **na valorização das indústrias da cultura**, porque a produção artística e cultural é uma marca distintiva do país e reforça o seu softpower no espaço lusófono, ibero-americano e global” (Silva,2020:31). Indo ainda mais longe, o documento defende que sendo Portugal um “laboratório cultural imenso” a sua produção e criação artística, seja na música, na literatura, na pintura, nas artes plásticas ou no teatro, será determinante para criar “uma simbiose extraordinária que abre portas do mundo global” (Silva,2020:31).

Defende ainda este documento que Portugal deve “promover as indústrias criativas e culturais que têm uma forte componente de valor acrescentado nacional e que, combinadas com o turismo cultural e da natureza, podem ser elementos importantes na consolidação da imagem interna e externa de Portugal” (Silva,2020:32).

Em suma, o desafio lançado a Portugal e a todas as estruturas responsáveis pela elaboração de Políticas Públicas é o de assumir a Cultura, em toda a sua extensão, como um bem estratégico nacional, de elevado valor económico e geopolítico, que se cruza (e tem efeitos) transversalmente com diversos eixos de desenvolvimento estratégico, nomeadamente, e do ponto de vista da coesão territorial, contribuindo para o robustecimento dos sistemas territoriais em função das suas centralidades, impulsionando a atração de novos residentes e novas gerações que procuram lugares cultural e criativamente estimulantes e desafiadores, gerando condições favoráveis ao desenvolvimento de territórios mais resilientes, promovendo condições favoráveis para a capacitação sócio-educativa das comunidades, gerando conhecimento, inovação e massa crítica, incentivando processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território.

Acresce que, como é acentuado no documento em análise, a Cultura situou-se entre os setores mais penalizados pela crise económica e de saúde pública que vivemos, juntamente com os serviços, turismo e comércio, sendo por isso urgente a definição e desenho de “programas que possam estimular as atividades destes setores, atendendo à sua relevância para a economia portuguesa” (Silva,2020:57). Deste modo, defende o autor,

*No que concerne à cultura, é uma atividade fundamental, porque promove **a criatividade e a inovação, características que são essenciais para este novo período**. Neste sentido, é muito importante promover um grande programa, que seja capaz de patrocinar o exercício mais alargado das artes, que descentralize as iniciativas culturais e as dissemine pelo país, que promova a emergência de novos talentos e que aumente o gosto e apreço do público pelas artes e pela cultura (Silva,2020:57) [sublinhado nosso].*

Entendida como atividade fundamental e incontornável no “funcionamento das sociedades modernas” (Silva,2020:120), são preconizadas, no contexto da “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030”, um conjunto de medidas que visam lidar com o impacto que a situação de pandemia teve no setor cultural e que passam “pelo apoio aos agentes culturais, que deve ser reforçado para contemplar os produtores de bens culturais, nas áreas da música, literatura, teatro, cinema e artes plásticas” (Silva,2020:120).

(...) a cultura, as artes e a criatividade constituem um programa de ação abrangente e inovador, que terá como foco as novas gerações, os talentos emergentes, a maior interligação entre agentes culturais e meio envolvente, descentralizando as atividades e promovendo novas áreas, como a dos projetos artísticos que acompanham o desenvolvimento da rede de infraestruturas e equipamentos públicos do país (Silva,2020:120).

Indo mais longe, o autor defende ainda que as medidas devem considerar áreas menos exploradas no domínio cultural

que operam no cruzamento das indústrias criativas com a transição digital, o uso sofisticado e integrado do design, a exploração das potencialidades da impressão tridimensional, a reativação inovadora do artesanato e dos materiais tradicionais combinados com as preocupações ecológicas, a redinamização do património cultural do país e a sua transformação em centros de incubação das artes e indústrias criativas (Silva,2020:120).

Analisada, sumariamente, a estratégia preconizada no contexto da Visão Estratégica para a Região Centro 2030, da CCDR-C, e vários outros documentos que aqui foram evocados, no que ao papel da Cultura diz respeito, importa agora fazer cruzar estas visões e perspetivas concetuais com as ambições próprias do território com o qual trabalhamos – a Região Centro.

Deste modo, seguidamente debruçaremos o nosso olhar nos resultados mais relevantes do Estudo “CULTURA NO PÓS-CENTRO 2020”, promovido pela Direção Regional de Cultura do Centro, em 2019.

Atendendo à data de desenvolvimento deste estudo, e como é expetável, o mesmo não reflete, nem prospetiva, em nenhum momento, a profunda e inusitada crise que haveria de chegar em 2020, mas em todo o caso, é revelador das expectativas e ambições da Região em termos de estratégias e políticas públicas para a Cultura, que, em todo o caso, se revelam perfeitamente alinhadas com as estratégias e opções elencadas nos documentos que temos estado a analisar.

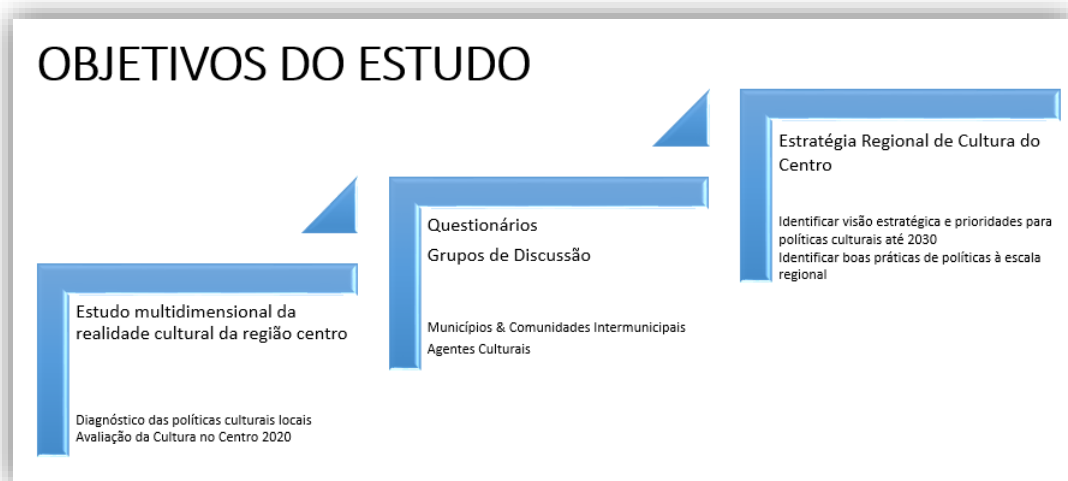
Por outro lado, e não menos importante, é com base no resultado direto deste estudo e da auscultação realizada pela Direção Regional de Cultura do Centro que se propõe a presente Estratégia Regional de Cultura 2030.

2. ESTUDO “CULTURA NO PÓS-CENTRO 2020”

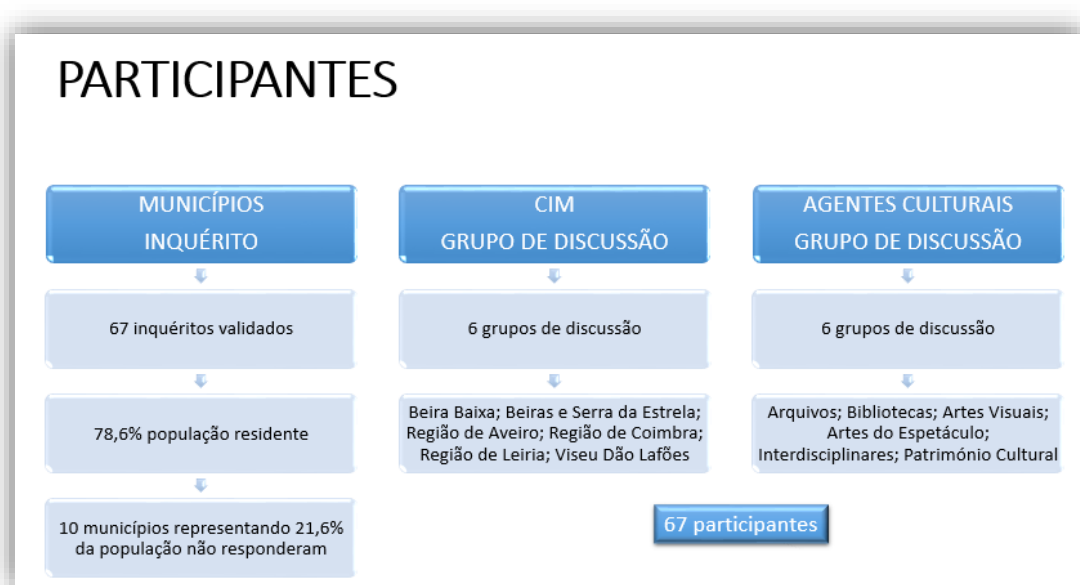
2.1. OS OBJETIVOS E OS PARTICIPANTES

Em 2019, a DRCC encomendou ao Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho o estudo “CULTURA NO PÓS-CENTRO 2020”, que envolveu e auscultou três tipologias de entidades: os Municípios, as Comunidades Intermunicipais e os Agentes Culturais da Região Centro.

Este estudo multidimensional da realidade cultural da região Centro pretendeu ser o ponto de partida para a definição de uma Estratégia e Política Cultural Regional que refletisse estruturalmente os interesses comuns e partilhados da região e, deste modo, as grandes opções de investimento para os próximos 10 anos, pretendendo-se não só identificar uma visão estratégica da região para as políticas culturais como, através dos diversos contributos provenientes dos principais atores da região (municípios, comunidades intermunicipais e organizações do setor da cultura), estabelecer um conjunto de prioridades na área da cultura no programa que sucederá o Centro 2020, em alinhamento com as estratégias e apostas nacionais onde os ativos específicos da região poderão dar respostas capazes e qualificantes, mas também, e a esse tempo, procurando ultrapassar ou dirimir constrangimentos estruturais da região, em termos culturais, que “continuam carenciados de resposta” e onde “novas dinâmicas de valorização de recursos podem ser incrementadas em escalas de maior abrangência territorial” (CCDRC,2020:8).



Metodologicamente, o estudo baseou-se no inquérito por questionário aplicado aos 77 municípios que constituem o universo do estudo e na dinamização de 12 grupos de discussão dirigidos às CIM's e agentes do setor cultural da região, resultando deste modo a visão da região sobre si própria, mas também, e a esse tempo, as expectativas de investimento, no domínio da cultura, dos diferentes *players* e territórios no horizonte de dez anos (2020-2030).



No universo de 77 municípios que correspondem à área de atuação da DRCC, foi possível validar 67 inquéritos (que correspondem aos 67 municípios que colaboraram neste estudo), que correspondem a cerca de 78,6% da população residente. No que diz respeito aos grupos de participação foram organizadas 12 sessões que envolveram 67 participantes, sendo que 6 sessões foram organizadas com as equipas das comunidades intermunicipais e as restantes com o setor cultural da região, considerando-se aqui profissionais do setor dos arquivos, bibliotecas, artes visuais, artes do espetáculo, interdisciplinares e património cultural.

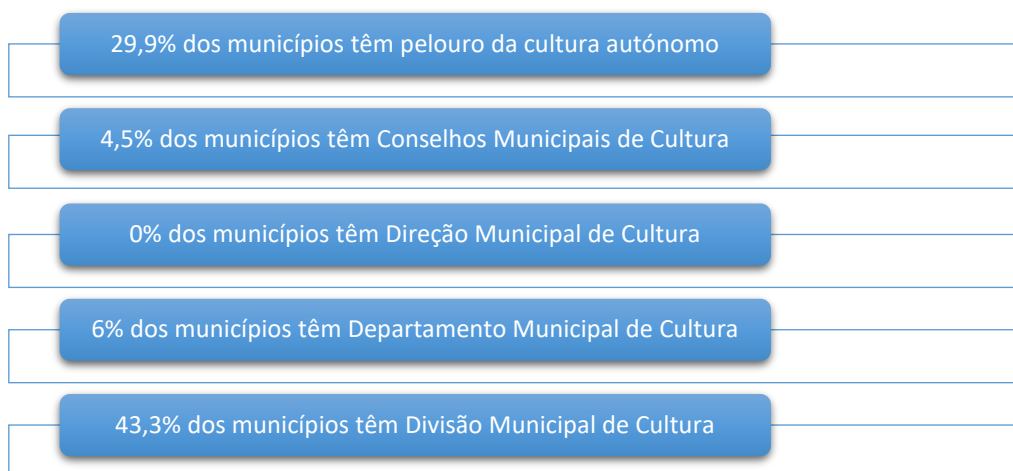
2.2. O DIAGNÓSTICO – POLÍTICAS CULTURAIS LOCAIS

Os inquéritos e grupos de discussão desenvolvidos no contexto deste estudo vieram revelar uma realidade que empiricamente era já perceptível, mas que a evidência científica agora corrobora.

Apresentamos, seguidamente, e de forma muito sintética, as principais conclusões em termos de diagnóstico da situação de partida.

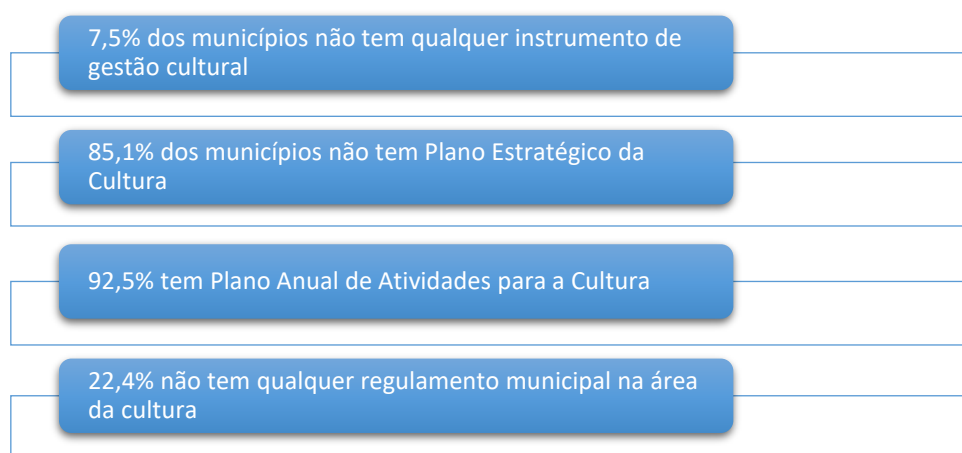
2.2.1. ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS ESPECÍFICOS DA CULTURA

No que concerne à existência de órgãos autárquicos relacionados com a área da cultura, os inquéritos revelam que não é ainda uma prática ancorada nos municípios em estudo, sendo que, de modo geral, a cultura encontra-se integrada com outros pelouros em termos de gestão política. A Divisão Municipal é a unidade orgânica mais frequente e apenas 4,5% dos municípios têm conselhos municipais de cultura.



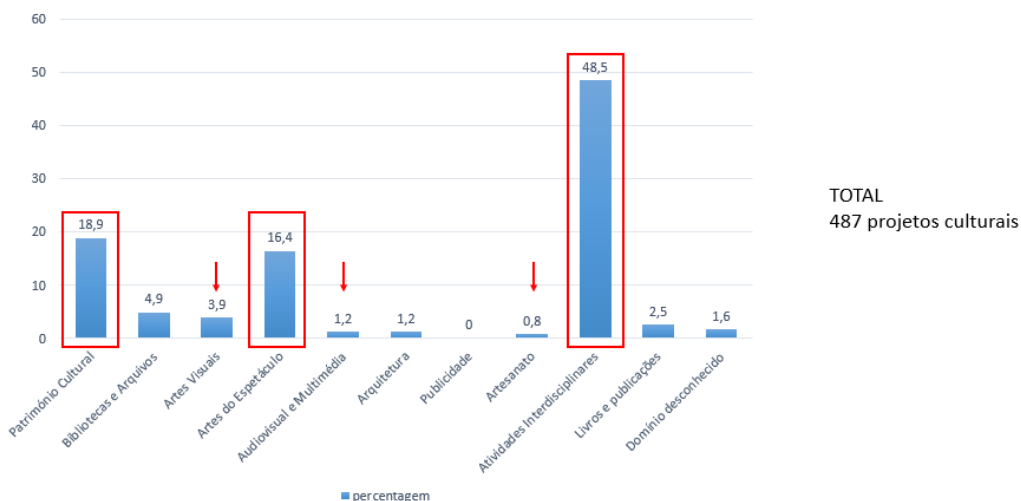
2.2.2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO AUTÁRQUICA NA ÁREA DA CULTURA

Se o lugar que a cultura ocupa nos executivos municipais ou na estrutura nuclear e flexível dos municípios pode ser um sinal importante no que ao investimento em políticas culturais diz respeito, a existência de instrumentos de gestão autárquica específicos permite-nos, de forma mais contundente, identificar algumas fragilidades na região.



2.2.3. PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS NO ATUAL MANDATO

No âmbito deste estudo, e para melhor apreciação do estado da arte, considerou-se relevante realizar um levantamento dos principais projetos culturais desenvolvidos no mandato em curso, por iniciativa autárquica. Nas respostas à pergunta aberta realizada no questionário foi possível identificar 487 projetos culturais distintos, sendo os mais frequentes no domínio Interdisciplinar, Património Cultural e Artes do Espetáculo.

Diagnóstico Políticas Culturais Locais | PRINCIPAIS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS


Associado aos investimentos realizados no domínio cultural, encontramos o último indicador de análise das políticas culturais municipais que se prende com o orçamento municipal afeto à cultura. Tendo em consideração que os dados vão sendo tornados públicos anualmente pelo INE, solicitou-se aos inquiridos a apresentação de dados referentes ao ano de 2018, preferencialmente desagregados em cinco rubricas – despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências para as juntas de freguesia, outras despesas correntes e despesas de capital (refira-se que cerca de 13,4% dos municípios não completaram os dados solicitados).

Tendo em consideração a diversidade do território, nomeadamente, no que concerne à população residente de cada município, a apresentação de resultados é feita em termos relativos para que seja possível estabelecer algumas relações entre as diferenças observadas. Tendo como parâmetro global os valores nacionais, relembra-se que, em 2017, o valor médio *per capita* das despesas correntes em cultura e desporto os municípios portugueses foi de 59,05€.

O presente estudo veio então revelar que a média dos municípios objeto do estudo é francamente superior à média nacional, ainda que a mediana nos indique que em 50% dos casos o valor *per capita* seja apenas de 51,1€ (portanto, inferior aos 59,05€ de média em 2017). O estudo veio também acentuar as grandes discrepâncias que existem no território no que aos orçamentos de cultura diz respeito, indo de municípios com despesas que não atingem os 4€ por residente até municípios a atingir cerca de 560€.

2.2.4. EQUIPAMENTOS CULTURAIS E PATRIMÓNIO CULTURAL IMÓVEL

Devemos referir que no contexto deste estudo não foi possível efetuar uma caracterização qualitativa dos recintos culturais e das dinâmicas associadas, análise que consideramos da maior relevância para a definição de um plano estratégico para a cultura. Deste modo, procuramos realizar, no contexto do estudo, um levantamento quantitativo dos recintos culturais sob tutela dos municípios, a que se junta, na fase de definição da estratégia regional, as informações recolhidas ao longo de 20 meses de sucessivas reuniões com Presidentes, Vereadores com pelouro na área da cultura e respetivas equipas técnicas dos diversos municípios da região, em reuniões presenciais, a maioria das quais realizadas nos próprios Concelhos, mas de igual modo, com os mais diversos agentes culturais e criativos da região.

Globalmente, conclui-se que há um conjunto elevado de municípios sem um significativo conjunto de equipamentos culturais. As bibliotecas são os únicos equipamentos culturais comuns aos 67 municípios da amostra do estudo. Não obstante haver 11 municípios que indicam não terem qualquer galeria de arte ou espaços de exposições temporárias, a verdade é que esta é a tipologia de equipamento cultural mais presente na região.

Da análise aos inquéritos preenchidos pelos 67 municípios, a distribuição quantitativa por tipologia de equipamentos culturais é a que a seguir se apresenta.

EQUIPAMENTOS CULTURAIS NA REGIÃO | resultado apurado pelos inquéritos



Pese o número de equipamentos culturais mencionados pelos municípios torna-se determinante, como foi já mencionado, perceber a performance destes equipamentos do ponto de vista da qualidade física das infraestruturas, da qualidade dos equipamentos técnicos e tecnológicos, da qualidade (e bem assim, quantidade) das suas equipas técnicas e, finalmente, da qualidade e continuidade das propostas de programação cultural.

Deste modo, devemos referir que dos 95 museus indicados, apenas 13 integram a Rede Portuguesa de Museus e são, por isso, credenciados. De resto, o cenário que resulta das diversas visitas técnicas e reuniões realizadas com as tutelas evidencia uma grande fragilidade do tecido museológico regional, caracterizado por pequenos museus ou mesmo, apenas, núcleos museológicos, enraizados nas tradições locais. A maioria dos museus são constituídos por equipas técnicas deficitárias em termos numéricos e com baixo nível de competências específicas (nomeadamente, no domínio da gestão de património, estudo e investigação de coleções, conservação e restauro, arquivo e documentação, serviços educativos e de mediação), por deficitários ou mesmo inexistentes orçamentos dedicados ao desenvolvimento de uma programação cultural e científica contínua (seja em termos de projetos de mediação cultural e serviço educativo, seja em termos de exposições temporárias e produção de catálogos, projetos de investigação e estudo de coleções, restauro e conservação de coleções, etc.) e por debilidades significativas do ponto de vista dos programas museológico e museográfico (quer em termos de discursos e investigação, quer em termos de equipamentos técnicos e tecnológicos) o que em muitos casos põe em causa o cumprimento cabal das funções museológicas previstas na Lei Quadro dos Museus Portugueses (aqui se justificando a existência de uma substantiva quantidade de museus não credenciados) e, conseqüentemente, ainda, a sua capacidade de afirmação como instituição estruturante do ponto de vista cultural e da sua capacidade de atração de novos públicos.



Reforçar a qualidade dos Museus por intermédio de programas de requalificação técnica, tecnológica, museológica e museográfica assume-se assim uma das prioridades estratégicas para a Região Centro, visando criar condições para que nos próximos dez anos cerca de 80% dos museus da Região Centro integrem a Rede Portuguesa de Museus e sejam, deste modo, instituições museológicas credenciadas. A este processo de requalificação do tecido museológico deve ainda acrescer um significativo investimento na diversificação das estruturas museológicas, colmatando-se algumas carências em áreas temáticas nas quais pode, a região, assumir maior protagonismo, nomeadamente, no domínio dos Museus de Ciência e História Natural, Museus de Arte Contemporânea, Património Industrial, Museus de Território e Ecomuseus.

Não será demais lembrar que segundo as Estatísticas de Cultura de 2018, realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), os 431 museus considerados para fins estatísticos (museus que têm pelo menos uma sala de exposição) registaram 19,5 milhões de visitantes, mais 2,3 milhões do que em 2017. Por tipologia de museu, os Museus de Arte foram os que receberam o maior número de visitantes (27,8% no total), seguidos dos Museus de História (26,8%), Museus Especializados (11,4%), Museus Mistos e Pluridisciplinares (8,5%) e Museus de Arqueologia (6,3%) (INE,2019:90-91).

Por regiões, cerca de 4/5 dos visitantes concentraram-se nos museus situados na Área Metropolitana de Lisboa (47,7%) e na Região Norte (30,0%), sendo que **a Região Centro registou apenas 12,4% do total dos visitantes**. A AM de Lisboa e a Região Norte concentraram também o maior número de visitantes estrangeiros (57,3% e 27,3%, respetivamente) (INE,2019:92).

No que concerne aos teatros e cineteatros, o estudo mapeou 54 espaços municipais, o que globalmente se considera um número equilibrado atendendo aos municípios respondentes. Porém, para além da quantidade de espaços disponíveis, há que refletir sobre a qualidade das instituições em causa, sendo que um conhecimento mais próximo veio revelar um importante conjunto de debilidades em termos orçamentais, humanos, técnicos e tecnológicos (com as devidas exceções que facilmente se identificam dentro da região). Deste modo, é frequente verificar-se a total falta de equipamento técnico e tecnológico adequado ou a sua desatualização/desadequação tecnológica, o que invalida a apresentação de um conjunto significativo de produções. Não menos relevante é a (frequente) ausência de um diretor artístico e/ou programador que assuma a responsabilidade autónoma e independente sobre o desenho de programação e, bem assim, a inexistência de orçamentos adequados para a implementação da programação que, quando contínua, é realizada à base de contratos “à bilheteira” e/ou de produções do tecido associativo local (produções amadoras). As equipas técnicas (frente de casa, assistentes de sala, equipas de luz e som, equipas de produção...), quando existem, são habitualmente pequenas e constituídas por técnicos das autarquias sem formação especializada. Sendo esta uma realidade demasiado presente, não deixa de ser necessário registar que uma parte substantiva destes teatros e cineteatros foi alvo de intervenções físicas (ou em alguns casos, construções de raiz) nas últimas décadas, mas a estes investimentos no edificado não correspondeu o necessário investimento contínuo do ponto de vista do “recheio” tecnológico e técnico e do “recheio” programático.

Deste modo, não deixará de ser relevante referir que no âmbito da criação da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (Lei nº 81/2019, de 2 de setembro) que estabelece o programa de apoio à

programação dos teatros e cineteatros, uma parte substantiva dos Teatros e Cineteatros da Região Centro terá grandes dificuldades em cumprir os quesitos previstos para sua credenciação e posterior integração na Rede.



Reforçar a qualidade dos Teatros e Cineteatros, do ponto de vista infraestrutural, técnico e tecnológico (modernização tecnológica), visando criar condições para que nos próximos dez anos cerca de 80% dos Teatros e Cineteatros da Região integrem a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses. Visando contribuir para a correção de assimetrias regionais, para a coesão territorial e para o desenvolvimento das populações, deverá ser assegurado o necessário investimento para a criação de novos teatros e cineteatros em territórios claramente desfavorecidos, que induzam ao acesso regular a espetáculos de natureza artística e garantam uma programação que fomente a democratização do acesso à cultura.

Quanto às galerias de arte e espaços expositivos, aponte-se igualmente que o significativo número indicado (132) não corresponde necessariamente a espaços qualificados para o desenho de uma programação de arte contínua, sobretudo, no domínio da arte contemporânea, não reunindo nem condições de segurança e conservação, nem condições expositivas adequadas. A estes problemas de natureza infraestrutural, juntam-se igualmente os que resultam da inexistência de programadores e/ou curadores e equipas técnicas adequadas no domínio das artes plásticas, acabando grande parte dos espaços por servir artistas/coletividades locais.



Reforçar a qualidade das galerias e espaços expositivos da Região Centro, através de investimento específico na qualificação dos espaços físicos e no desenvolvimento de recursos técnicos e tecnológicos adequados, para apoio à circulação de obras de arte e mobilidade de artistas, dotando-as de capacidade para virem a integrar uma eventual Rede Nacional de Arte Contemporânea e outras redes artísticas internacionais, no domínio da arte contemporânea e do apoio à divulgação e circulação de obras de arte.

Esta medida deverá ser reforçada através do apoio à criação e desenvolvimento de uma rede de residências artísticas na Região Centro, não apenas no domínio das artes plásticas e visuais, como também, das artes digitais, artes performativas, artes e ofícios tradicionais.

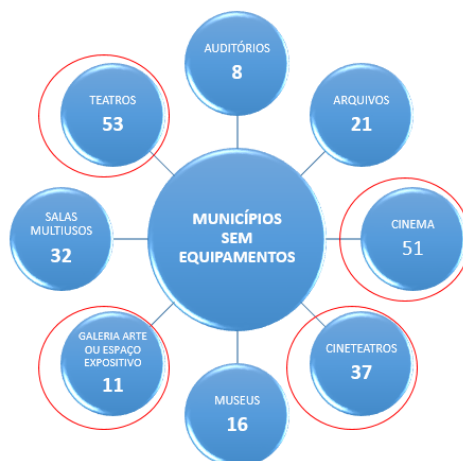
Deve referir-se, complementarmente, que quando os dados obtidos através dos questionários foram confrontados com as informações disponibilizadas nos sites das respetivas autarquias, a quantidade de equipamentos culturais sofreu algumas alterações, como pode ser constado no gráfico seguinte, nomeadamente, no número de auditórios (de 103 para 10), no número de arquivos (de 51 para 30), no número de cineteatros (de 36 para 12), no número de museus (de 95 para 103) e nos teatros (de 18 para 5). Não foi possível encontrar, nos websites, referências aos cinemas (que são privados) nem às galerias de arte ou espaços expositivos (enquanto espaços autónomos, porque na maioria dos casos trata-se de salas incorporadas em diferentes equipamentos culturais).

EQUIPAMENTOS CULTURAIS NA REGIÃO | resultado em websites



Fazendo a análise no sentido inverso, constata-se que um largo número de municípios é deficitário em diversas tipologias de equipamentos culturais, sendo de assinalar que 53 municípios não têm teatros e 37 não têm cineteatros, 51 municípios não têm cinema e 11 municípios não têm galerias de arte ou quaisquer outros espaços expositivos.

NÚMERO DE MUNICÍPIOS SEM EQUIPAMENTOS CULTURAIS



Finalmente, importa referir que o estudo visou também realizar um levantamento quantitativo relativo ao património cultural imóvel, tendo sido evidenciado que a maioria dos municípios tem três ou menos monumentos (um dos quais com classificação nacional), zero conjuntos, um sítio, quatro imóveis de interesse público e um imóvel de interesse municipal.

Naturalmente, a distribuição não é homogénea no território da região centro, mas analisando os dados disponibilizados pelo INE, verifica-se que a Região Centro contabiliza nas 6 CIM que integram a região sob responsabilidade da DRCC, 827 bens imóveis classificados, dos quais 639 são monumentos, 109 são conjuntos e 19 são sítios (INE,2019:120). Destes 827 bens classificados, 136 são Monumentos Nacionais, 539 são Imóveis de Interesse Público e 152 são Imóveis de Interesse Municipal (INE,2019:121).

Ainda que este estudo não tenha recolhido qualquer informação sobre o estado de conservação do património (classificado ou não classificado), a informação existente na DRCC relativamente à salvaguarda e preservação do património imóvel, o intenso levantamento realizado nos dois últimos anos no contexto da elaboração das cartas de risco, a informação sob a forma de denúncias realizadas pela população e posteriores ações de fiscalização e o contacto de proximidade com as diversas tutelas do património cultural apresentam-nos cenários preocupantes de degradação e mesmo perda total de significativos monumentos da região (largamente agravado, nos últimos anos, como consequência das violentas tempestades que assolaram o território) cuja importância patrimonial, histórica, cultural, identitária e social impunha processos de salvaguarda e preservação mais eficazes e contínuos. A esta realidade, junta-se ainda o facto do atual quadro de investimento, Centro 2020, ter apenas contemplado intervenções de reabilitação em património Unesco ou Monumentos Nacionais, ficando de fora um elevado número de

bens imóveis de grande relevância cultural, patrimonial e identitária classificados como imóveis de interesse público ou de interesse municipal.



Reforçar o investimento no domínio da reabilitação e dinamização do património imóvel da região, classificado como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público ou Imóvel de Interesse Municipal, que se assumam como ativos de coesão territorial, associado a dinâmicas de dimensão regional como seja a criação de centros especializados de investigação e reabilitação de património cultural e laboratórios dedicados à conservação e restauro de património imóvel e móvel. Paralelamente, considera-se fundamental o desenvolvimento de projetos de digitalização de conteúdos e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de interpretação, exposição e divulgação de património cultural (realidade virtual, realidade aumentada e 3D).

2.3. O FUTURO

Uma das grandes ambições deste estudo passou pelo levantamento de contributos (dos municípios, das CIM's e do setor cultural e criativo) para a definição estratégica das políticas culturais para o período 2020-2030.

Do ponto de vista dos Objetivos Estratégicos na área da Cultura para os próximos dez anos, na ótica dos Municípios, foram elencados os seguintes:

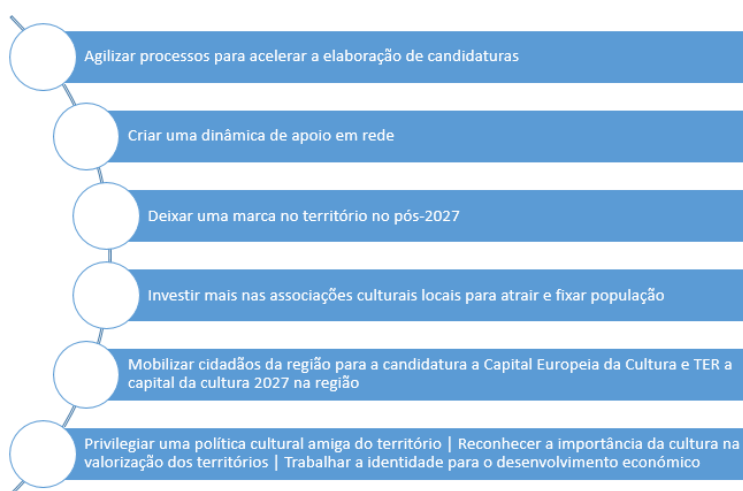
NECESSIDADES DE FUTURO | MUNICÍPIOS



Sublinhe-se, neste alinhamento de prioridades, a importância atribuída às redes culturais com forte pendor nas redes de programação e redes internacionais de cooperação e, por essa razão, estruturalmente ligadas à questão da internacionalização dos territórios. Destaque-se, igualmente, a questão da capacitação das comunidades, muito associada ao associativismo cultural, e a da qualificação de infraestruturas culturais (sobretudo, museus e auditórios) e valorização do património cultural (sobretudo, edificado com outras categorias de proteção que não necessariamente a de Monumento Nacional, que no atual exercício programático de investimento não encontrou linhas de financiamento para a sua reabilitação, preservação e salvaguarda).

Do ponto de vista das Comunidades Intermunicipais e do setor cultural, resultam como principais objetivos, a dez anos, os seguintes:

NECESSIDADES DE FUTURO | CIM'S E SETOR CULTURAL



Saliente-se, do ponto de vista das CIM's e do setor cultural, a atenção prestada ao processo da Capital Europeia da Cultura 2027, sendo referido de modo veemente a necessidade de assegurar, por um lado, que a próxima cidade Capital Europeia da Cultura seja da Região Centro, entendendo-se aqui uma espécie de desígnio ou ambição regional e, por outro, a necessidade de perceber o impacto e lastro que este processo poderá deixar em toda a região no pós-2027.

2.3.1. CONTRIBUTOS PARA UM PROGRAMA OPERACIONAL DE CULTURA PARA A REGIÃO CENTRO

Finalmente, e visando desenhar um programa operacional regional para a cultura no horizonte 2020-2030, este estudo pretendeu ainda reunir todos os contributos dos principais *players* da região em termos de objetivos específicos, tipologias de intervenção, tipologias de ação, indicadores de realização e indicadores de resultado. Realça-se que 13,4% dos municípios optaram por não apresentar contributos

em nenhuma das cinco dimensões supramencionadas, sendo que a estes se juntaram 10,4% que não responderam a, pelo menos, uma das dimensões solicitadas.

Os quadros seguintes resumem os contributos prestados pelos municípios nas diferentes dimensões.

Tipologias de intervenção	Tipologias de ação
Ações que potenciem capacitação de agentes culturais	Formação artística e cultural para a comunidade
Ações relacionadas com empreendedorismo cultural	Ações que promovam articulação entre cultura e educação
Atividades de formação de públicos	Iniciativas que potenciem cooperação e articulação entre agentes culturais
Atividades que promovam tradições culturais locais	Iniciativas que valorizem património imaterial
Eventos culturais que potenciem o turismo	Itinerâncias culturais
Eventos de valorização do património cultural	Programação cultural em rede
Iniciativas para a criação e consolidação de redes culturais	Programas com enfoque no potencial económico da cultura (turismo)
Iniciativas que facilitem a aproximação das comunidades à fruição e produção culturais	Projetos de inovação aplicada aos setores culturais e criativos
Intervenções que utilizem as tecnologias digitais ao serviço do território e cultura	Projetos que promovam criação artística
Programação cultural	Reabilitação de património cultural



Indicadores de realização	Indicadores de resultado (quantitativos)	Indicadores de Resultado (qualitativos)
Aumento diversidade e continuidade da oferta cultural	Nº de artistas e criadores, calendário e tipologia de eventos	Grau de satisfação dos envolvidos e do público
Aumento da atratividade turística do território	Média de nº de noites dos turistas da região	--
Aumento iniciativas que promovam a inclusão social através da cultura	Percentagem da população socialmente vulnerável diretamente envolvida nas ações	--
Aumento do público da cultura	Nº espetadores das iniciativas e nº de visitantes dos recintos culturais	--
Aumento da visibilidade mediática da oferta cultural	Nº e tipo de interações do público nas redes sociais	--
Aumento dos recintos e bens requalificados	Nº recintos e nº de bens requalificados com programação	--
Contributo para definição de instrumentos de gestão e planeamento cultural	Nº municípios e nº entidades que articulam a sua oferta cultural	--
Contributo para estruturação e fortalecimento de parcerias e redes entre agentes culturais	Nº de parcerias culturais dinamizadas e nº agentes culturais envolvidos	--
Aumento de projetos culturais com viabilidade comprovada de continuidade	Nº entidades e nº de profissionais que trabalham no setor cultural	--
Contributo para desenvolvimento económico e social da região	--	--

Do ponto de vista das CIM's e setor cultural, fruto das sessões de debate realizadas, resultam como contributos essenciais para a construção do próximo quadro de investimento, as seguintes prioridades:



3. ESTRATÉGIA REGIONAL DE CULTURA 2020-2030

2020 é um ano de rutura. De demasiados pontos de vista, o Mundo mudou, as pessoas mudaram, as suas expectativas mudaram, as tendências globais e locais mudaram.

É neste contexto de incerteza e mudança, alicerçado na visão de região que tínhamos e que o Estudo realizado pela DRCC veio demonstrar, mas do mesmo modo alicerçado naquelas que são as legítimas expectativas de desenvolvimento do próprio território, que se desenha para os próximos dez anos uma Visão de Região que se alicerça num tríptico estruturante e virtuoso:



Fundamentando toda a Estratégia Regional de Cultura 2030, este tríptico [CULTURA - CRIATIVIDADE - RESILIÊNCIA DOS TERRITÓRIOS] combina globalmente um racional de investimento que visa, por um lado, identificar nos ativos consolidados da região uma oportunidade e, por outro, partindo dos seus constrangimentos estruturais propor novas dinâmicas de valorização do território, resultando daqui a Visão, os grandes Objetivos Estratégicos e os Eixos Estratégicos para a Cultura no horizonte de dez anos.

3.1. A VISÃO PARA A REGIÃO CENTRO

Consubstanciado nos argumentos que ao longo do presente documento foram apresentados, propõe-se no âmbito da Estratégia Regional de Cultura 2030, a seguinte Visão

UMA REGIÃO. MÚLTIPLAS COMUNIDADES, MÚLTIPLAS PATRIMÓNIOS

Construir Cidades com **Cultura**, conectadas em rede, conectadas digitalmente, conectadas entre si e com o mundo.

Promover **lugares criativos e inspiradores** onde as pessoas, todas as pessoas de cada território, se *experimentalizem*, se realizem, se expressem, se encontrem consigo e com os outros, onde cada pessoa possa explorar todo o seu potencial e talento criativo e crítico.

Preservar a história, a nossa história, com todo o seu **património material**.

Preservar a estória, todas as nossas estórias, as que nos edificam como comunidades, com todo o seu **património imaterial**.

Fomentar a **resiliência dos nossos territórios** através da sua identidade, da sua história e da sua cultura.

Querer uma cultura, enquanto prática e processo, que nos interroge, interpele, nos faça duvidar e questionar, nos faça querer mais, ser mais, fazer mais, estar mais.

No contexto desta Visão, procuramos evidenciar, de forma inequívoca, o papel da Cultura e da Criatividade na construção de territórios mais resilientes, atrativos e inspiradores e, por isso mesmo, territórios mais capazes de superar as fragilidades e constrangimentos do seu presente e de enfrentar os desafios do seu futuro, dando ainda resposta ao repto lançado pela Comissão Europeia no contexto da “Nova Agenda para a Cultura”, no sentido de se “construir sociedades coesas” e de se “explorar todo o potencial cultural para ajudar a construir uma *União* mais justa e inclusiva, apoiando a inovação, a criatividade e o emprego e o crescimento sustentáveis” (Comissão Europeia,2018:1). De resto, e precisamente no contexto desta “Nova Agenda para a Cultura” são elencados 3 Objetivos estratégicos (social, económico e externo) e algumas Ações que se mantêm, pese a situação vivida, atuais, a saber:

1. **Dimensão social**, aproveitando todas as potencialidades da cultura e da diversidade cultural para promover a coesão social e o bem-estar, nomeadamente, promovendo o potencial cultural através de atividades culturais e oportunidades de participação ativa, encorajando a mobilidade de trabalhadores do setor cultural e criativo e protegendo e promovendo o património cultural

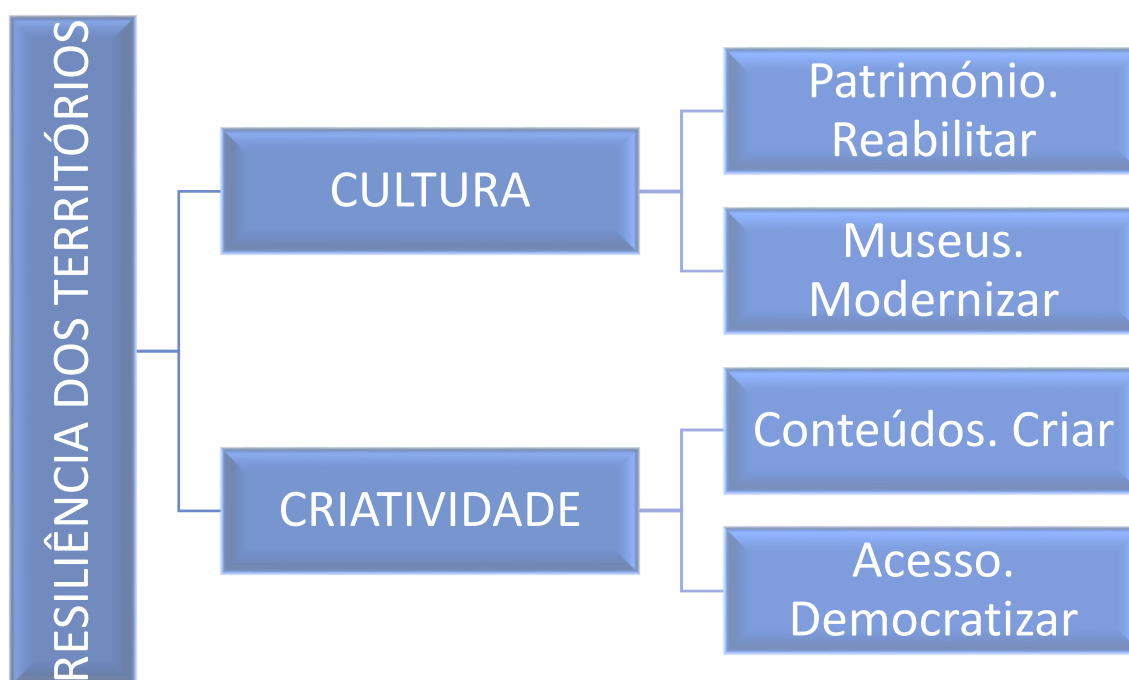
- da Europa como bem comum, para aumentar a sensibilização para a nossa história e valores comuns e reforçar o sentimento de identidade (Comissão Europeia,2018:2);
2. **A Dimensão Económica**, apoiando a criatividade baseada na cultura, nos domínios da educação e inovação, emprego e crescimento, promovendo as artes, a cultura e o pensamento criativo, em todos os níveis de ensino, criando ecossistemas favoráveis às indústrias culturais e criativas e promovendo as competências requeridas pelos setores culturais e criativos, incluindo competências digitais (Comissão Europeia,2018:4);
 3. **A Dimensão Externa**, reforçando as relações culturais internacionais, apoiando a cultura como fator de desenvolvimento social e económico sustentável, promovendo o diálogo cultural e intercultural e reforçando a cooperação em matéria de património cultural (Comissão Europeia,2018:7)

Deste modo, com base nesta Visão, é nossa firme convicção que a Cultura assume, no contexto da Região Centro, um importante papel do ponto de vista da superação dos constrangimentos e desafios estruturais a que estaremos sujeitos, contribuindo ativamente para os desígnios definidos para a Região (CCDR-C:2020:49), nomeadamente:

- ❖ para o reforço da competitividade regional e da consolidação de um modelo de inovação territorial e socialmente inclusivo;
- ❖ para a promoção da capacitação para a resiliência dos territórios mais vulneráveis e carenciados de “energia demográfica”, promovendo a coesão territorial;
- ❖ para a organização da oferta de qualificações e competências que a sua transformação estrutural exige, trabalhando nesse sentido na qualificação inicial dos jovens e a formação de ativos e criando condições para a atração de população qualificada.

3.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Atendendo ao contexto de partida da Região e aos constrangimentos estruturais já identificados neste documento, e consubstanciando a Visão definida para a Região em termos culturais, estruturada em 3 pilares [CULTURA - CRIATIVIDADE - RESILIÊNCIA DOS TERRITÓRIOS], definem-se quatro grandes objetivos estratégicos para os próximos dez anos, a saber:



Destes 4 Objetivos Estratégicos [**Património. REABILITAR** | **Museus. MODERNIZAR** | **Conteúdos. CRIAR** | **Acesso. DEMOCRATIZAR**], derivam um conjunto específico de ações prioritárias que sectorialmente visam dar resposta às principais dificuldades/fragilidades da região.

3.3. AÇÕES ESTRATÉGICAS: PATRIMÓNIO. REABILITAR & MUSEUS. MODERNIZAR

No que concerne aos objetivos estratégicos **Património. REABILITAR** e **Museus. MODERNIZAR**, propõe-se um plano sistemático de reabilitação, requalificação e dinamização do património móvel e imóvel classificado (independentemente do seu grau de proteção) e um plano sistemático de requalificação e dinamização museus da região da Região Centro, importantes ativos para o desenvolvimento económico e para a coesão territorial. Não será demais referir que o conhecimento e o usufruto do património cultural, entendido como o conjunto das múltiplas expressões culturais, sociais e criativas, a herança e o legado das gerações que nos precederam, bem como das tradições e dos costumes dos povos, constituem um poderoso instrumento para consolidar a cidadania e promover a integração e inserção social. Deste modo, é premente reforçar as iniciativas em prol da salvaguarda, preservação, conhecimento e acesso ao património cultural enquanto elemento essencial da consolidação da cidadania e da promoção do sentimento de pertença.

Estes dois objetivos estratégicos visam dar resposta às diversas fragilidades apontadas no Estudo desenvolvido pela DRCC no que diz especificamente respeito à reabilitação, preservação e salvaguarda do património cultural e à necessidade de requalificação do tecido museológico regional, criando condições para o aumento significativo de Museus credenciados e devidamente integrados na Rede Portuguesa de Museus.

Desta forma, propõem-se, como ações prioritárias:

- a criação de **linhas de investimento que conduzam à requalificação técnica, tecnológica, museológica e museográfica do tecido museológico regional, à dinamização cultural e científica de espaços museológicos e à capacitação técnica e científica das equipas**, criando condições para que nos próximos dez anos cerca de 80% dos museus da Região Centro integrem a Rede Portuguesa de Museus e sejam, deste modo, instituições museológicas credenciadas;

- a criação de **linhas de investimento para a diversificação das estruturas museológicas**, colmatando algumas carências em áreas temáticas nas quais pode, a região, assumir maior protagonismo, nomeadamente, no domínio dos Museus de Ciência e História Natural, Museus de Arte Contemporânea, Património Industrial, Museus de Território e Ecomuseus. Considera-se, atendendo à riqueza patrimonial da Região, a necessidade de investimento no domínio específico do património arqueológico, nomeadamente, através da criação de Reservas Municipais de Arqueologia, com áreas de exposição de longa duração, para as quais seria de consignar linhas de investimento específico;

- criação de **linhas de investimento para a requalificação e dinamização cultural e científica dos Arquivos Municipais**, criando condições para que nos próximos dez anos cerca de 80% dos Arquivos Municipais integrem a Rede Portuguesa de Arquivos¹;
- a criação de **linhas de investimento no domínio da reabilitação e dinamização do património imóvel da região**, classificado como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público ou Imóvel de Interesse Municipal, que se assumam como ativos de coesão territorial;
- criação de **linhas de investimento no domínio da reabilitação e preservação do património móvel integrado** (nomeadamente, do significativo património azulejar da Região Centro);
- criação de **linhas de investimento para a salvaguarda, preservação e reabilitação do Património Vernáculo** da Região Centro;
- a criação de **linhas de investimento para o desenvolvimento de centros especializados de investigação e reabilitação de património cultural e laboratórios dedicados à conservação e restauro** de património imóvel e móvel, que permitam desenvolver competências territoriais e atrair trabalhadores qualificados à Região;
- a criação de **linhas de investimento para o desenvolvimento de projetos de digitalização de conteúdos e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas** de interpretação, exposição e divulgação de património cultural imóvel, móvel e inserido em contextos museológicos (realidade virtual, realidade aumentada e 3D);
- a criação de linhas de investimento para o desenvolvimento de Projetos de Comunicação, Projetos Pedagógicos e de Programação Cultural em património cultural e museus;
- a criação de linhas de investimento para o desenvolvimento de Redes de Património e Redes Digitais de Património e Museus
- a criação de linhas de investimento para o desenvolvimento de Projetos de investigação, valorização e interpretação do património imaterial associado ao património material; Redes nacionais e europeias de património.

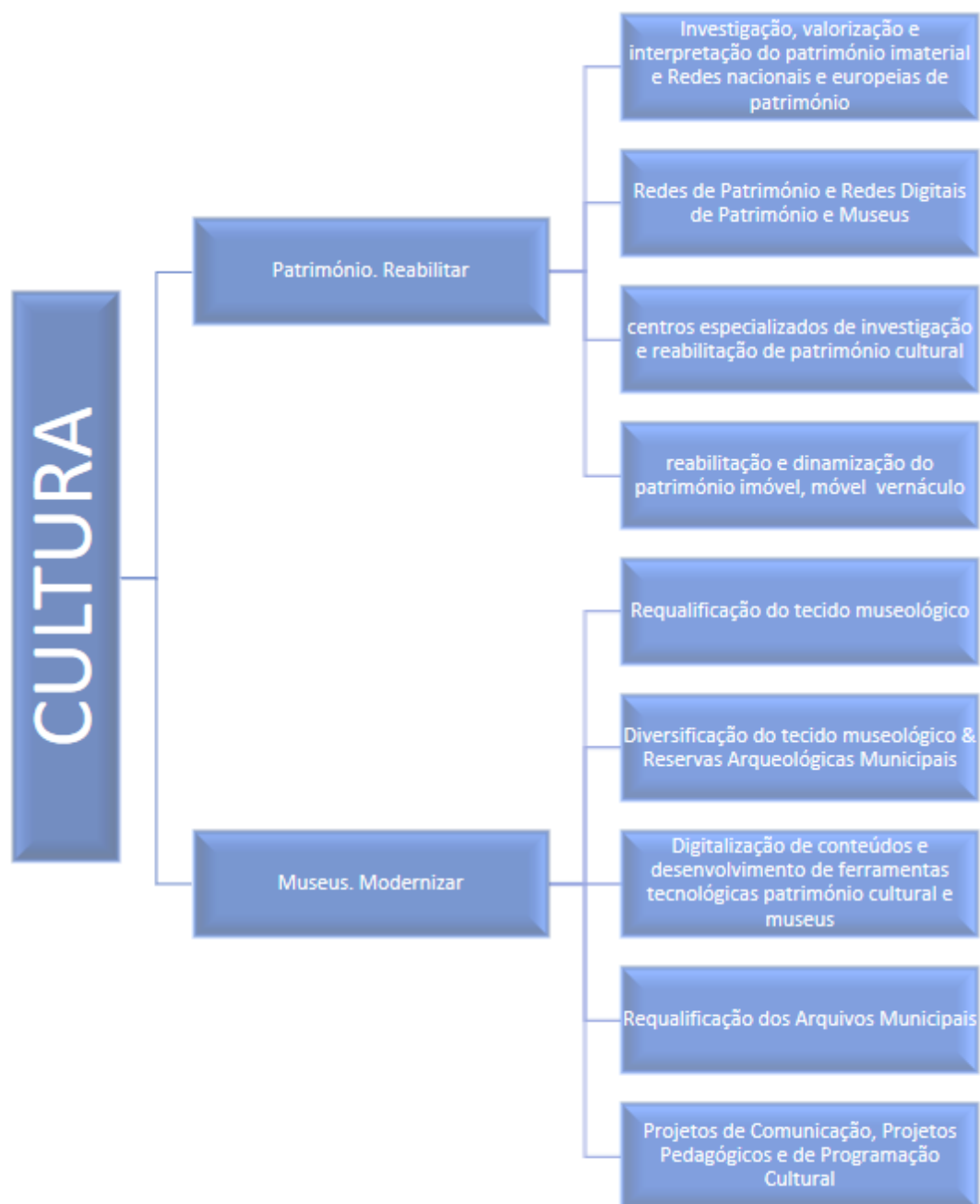
¹ Dos 51 Arquivos Municipais da Região Centro, apenas 5 integram a Rede Portuguesa de Arquivos.

Considera-se fundamental para o desenvolvimento e correta implementação destes dois objetivos estratégicos, a elaboração de um **Plano Estratégico Regional para a reabilitação, conservação, promoção e valorização do Património Cultural** e o desenvolvimento de um **Plano Estratégico Regional para Requalificação dos Museus**, documentos que permitirão definir de forma estruturante os investimentos a realizar ao longo da próxima década.

Salientamos, ainda, que estão em curso diversos processos de classificação de património, material e imaterial, aos quais deverá ser dada particular atenção pelo impacto que poderão vir a ter do ponto de vista da notoriedade e visibilidade dos territórios. Considera-se, assim, que a criação de linhas específicas de investimento (para estudo e inventário, reabilitação e conservação, comunicação e divulgação), direcionadas a estes processos de classificação são desejáveis. Do levantamento realizado no contexto do estudo da DRCC, foram identificados os seguintes processos:

- Candidatura do Barco Moliceiro a Património Mundial, Murtosa;
- Candidatura das Fortalezas Abaluartadas da Raia a Património Mundial, Almeida;
- Candidatura do Complexo Arqueológico de Conímbriga a Património Mundial, Condeixa-a-Nova;
- Candidatura do Bussaco a Património Mundial, Mealhada.

Com dimensão regional, e envolvendo um grande consórcio de parceiros (DRCC, CIM, Universidades e Centros de Investigação), propõe-se a criação de um Centro Especializado de Investigação e Reabilitação do Património Cultural, que integre Laboratórios de Conservação e Restauro de Património Móvel e Imóvel, e que dê resposta às muitas fragilidades identificadas na região no que diz respeito a mão-de-obra qualificada, capacitação de equipas técnicas e desenvolvimento de projetos de conservação preventiva e restauro de património, que permitam desenvolver competências territoriais e atrair trabalhadores qualificados à Região.



3.4. AÇÕES ESTRATÉGICAS: CONTEÚDOS. CRIAR & ACESSO. DEMOCRATIZAR

No que concerne aos objetivos estratégicos **CONTEÚDOS. CRIAR** e **ACESSO. DEMOCRATIZAR** estamos no domínio específico da promoção e valorização da vida artística e cultural das comunidades. Apoiar o setor cultural e criativo e, muito particularmente, as iniciativas relacionadas com o conhecimento e o usufruto do património que possam produzir resultados em termos de qualidade, emprego, inovação digital e integração social, bem como iniciativas que visem o desenvolvimento das artes visuais e performativas tornou-se, nos tempos que vivemos, um imperativo. Por outro lado, e tal como a atual crise veio demonstrar ao acelerar um conjunto de tendências relacionadas com o crescimento das redes digitais, é hoje premente encontrar estratégias que tirem partido das oportunidades digitais para promover a cultura de forma interativa, atraindo todos os grupos sociais.

Estes dois objetivos visam criar condições para a promoção da criatividade dos territórios, considerando estrategicamente a promoção das artes performativas e das artes visuais, o incremento da tecnologia e digitalização, o desenvolvimento de redes artísticas e a promoção das artes e ofícios tradicionais (“Saber Fazer Português”).

Desta forma, propõem-se, como ações prioritárias:

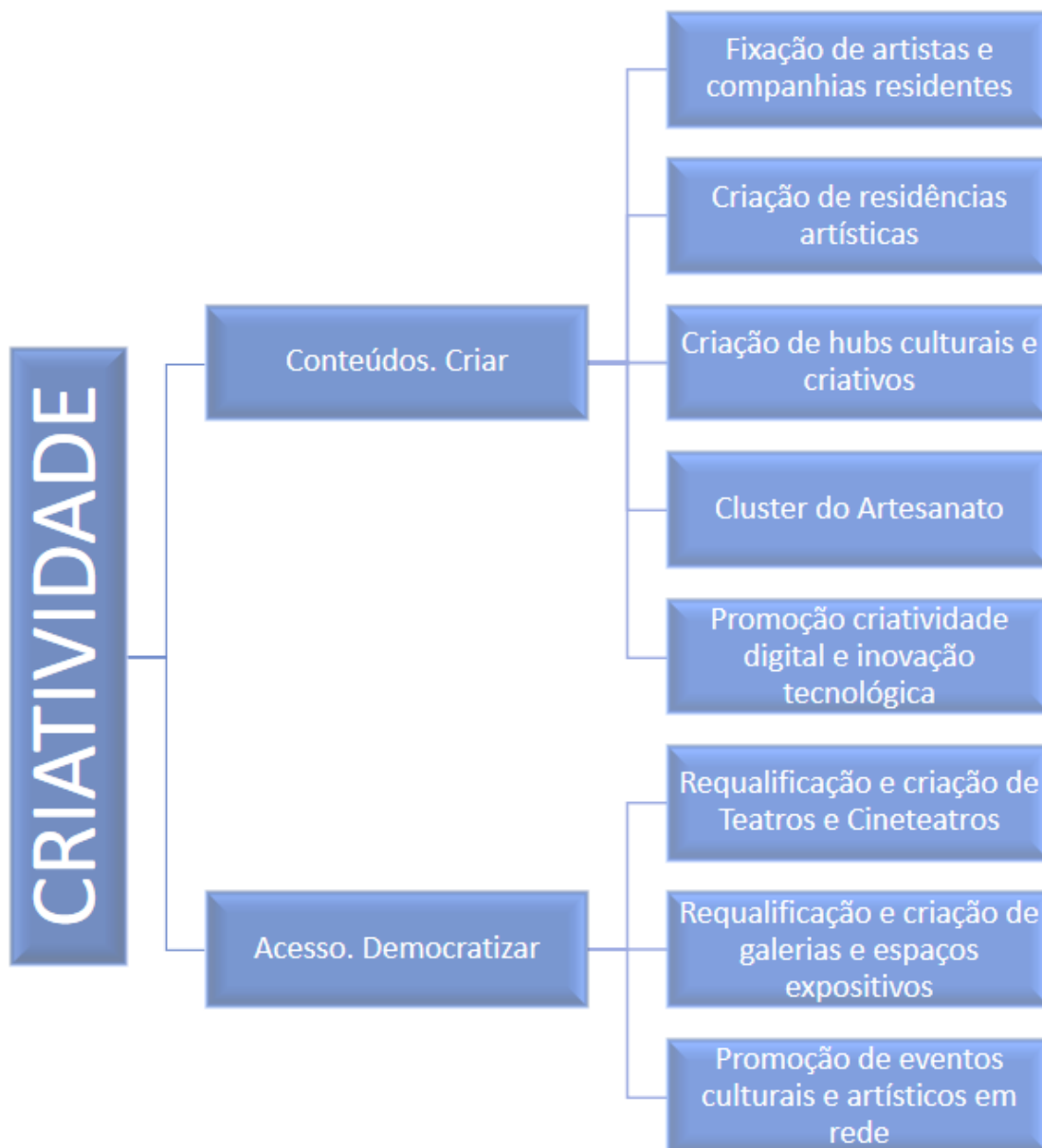
- a criação de **linhas de investimento que conduzam à requalificação dos Teatros e Cineteatros**, do ponto de vista infraestrutural, técnico e tecnológico (modernização tecnológica), visando criar condições para que nos próximos dez anos cerca de 80% dos Teatros e Cineteatros da Região integrem a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses.
- a criação de linhas de investimento que, contribuindo para a correção de assimetrias regionais, estimulem o **surgimento de novos teatros e cineteatros em territórios de baixa densidade, claramente desfavorecidos**, permitindo o acesso regular a espetáculos de natureza artística e garantindo uma programação que fomente a democratização do acesso à cultura e a descentralização das atividades culturais, estimulando a emergência de novos talentos, incrementando o interesse das comunidades pelas artes e atraindo e desenvolvendo novos públicos para a cultura.
- associado às duas Ações Prioritárias anteriores, a criação de **linhas de investimento que conduzam à fixação de artistas e companhias artísticas (Companhia Residente)**, através de programas específicos dirigidos aos Teatros e Cineteatros da Região para acolhimento de artistas ou companhias profissionais com capacidade para criar, produzir e programar;

- criação de **linhas de investimento que conduzam à requalificação e/ou criação de galerias e espaços expositivos da Região Centro** (requalificação de espaços físicos e recursos técnicos e tecnológicos adequados), para apoio à circulação de obras de arte e mobilidade de artistas, dotando-as de capacidade para virem a integrar uma eventual Rede Nacional de Arte Contemporânea e outras redes artísticas internacionais, no domínio da arte contemporânea e do apoio à divulgação e circulação de obras de arte.
- criação de **linhas de investimento para o desenvolvimento de uma rede de residências artísticas e espaços de criação e programação artística na Região Centro**, no domínio das artes plásticas e visuais, das artes digitais, artes performativas, eco-arte e artes e ofícios tradicionais, que possam vir a acolher artistas e criadores que não dispõem de espaços para criar, fomentando-se quer a reabilitação e refuncionalização de espaços devolutos nos territórios, quer a criação de Bolsas de Criação que assegurem as condições necessárias para a fixação desses artistas nos territórios em causa;
- criação de **linhas de investimento para a promoção de grandes eventos culturais e artísticos em rede**, nos domínios do património, do cinema, da literatura, das artes visuais e performativas, multidisciplinar, entre outros.
- criação **linhas de investimento para o desenvolvimento de uma rede de incubadoras de indústrias culturais e criativas (hubs culturais e criativos de empreendedorismo cultural)**, com ligação às Universidades e Centros de Investigação, que promovam a criatividade digital, estimulem o desenvolvimento de projetos empresariais que incorporem tecnologia e criação artística e projetos empresariais relacionados com as artes e ofícios tradicionais e com o património cultural, material e imaterial, da Região Centro;
- criação de **linhas de investimento para apoio às atividades artesanais (Saber Fazer tradicional)**, assegurando a transferência de conhecimento para novas gerações, estimulando a inovação e a qualificação de produtos, e, conseqüentemente, a sua valorização cultural e económica, e linhas de investimento para o desenvolvimento de negócios locais que incorporem os princípios da economia circular, com vista ao desenvolvimento e promoção do Cluster de Artesanato e Património Imaterial da Região Centro;
- criação de **linhas de investimento para a promoção da criatividade digital e inovação tecnológica no domínio cultural e artístico** estimulando o desenvolvimento de projetos nos domínios da animação, design de som, imagem, produto, conteúdos para jogos, arte digital e tecnologias associadas ao digital (realidade aumentada, realidade virtual, inteligência artificial), digitalização de conteúdos e obras artísticas e ferramentas tecnológicas para a promoção do património cultural;

Considera-se relevante, no domínio dos eixos **Conteúdos. CRIAR** e **Acesso. DEMOCRATIZAR**, enfatizar o papel determinante que os processos de candidatura à Capital Europeia da Cultura poderão vir a desempenhar no desenho de uma Região que assume e chama a si a responsabilidade de construir cidades com **Cultura** e de promover **lugares criativos e inspiradores**, através da sua história, do seu património e da sua identidade cultural.

Na Região Centro conhecem-se, neste momento, a intenção de 4 candidaturas – Aveiro, Coimbra, Guarda e Leiria – que pretendem vir a envolver um significativo número de municípios sendo que, e como tivemos já a oportunidade de referir, começa a emergir uma espécie de desígnio ou ambição regional no sentido de que a próxima Capital Europeia da Cultura seja uma cidade da Região Centro.

Contudo, este processo exigirá a qualquer uma das cidades envolvidas um forte e significativo investimento financeiro que poderá, do nosso ponto de vista, encontrar eco e suporte no contexto dos próximos instrumentos regionais de financiamento e investimento, sugerindo-se deste modo, a reflexão sobre o modo de incorporar nestes instrumentos o desenvolvimento de linhas para a preparação das candidaturas em causa, para a realização de eventos prévios, para o desenvolvimento de projetos de capacitação e envolvimento das comunidades culturais e artísticas, para o desenvolvimento de projetos com as diferentes comunidades de acolhimento, para a promoção de programas de mobilidade cultural e artística, entre outros.



3.5. INDICADORES E RESULTADOS

Visando contribuir para a construção de um racional a aplicar ao próximo quadro de investimento, no que a indicadores e resultados diz respeito, elencam-se abaixo, um conjunto de parâmetros que consideramos adequados à luz das especificidades dos projetos no âmbito da Cultura e da Criatividade.

AVALIAÇÃO	Qualidade e mérito dos projetos, adequados e contextualizados dentro da Estratégia Regional de Cultura, das Estratégias Municipais de Cultura e em políticas transversais de desenvolvimento do território
	Obrigatoriedade de documentos de gestão, como Planos de Atividades e Orçamento para Cultura e Estratégias Municipais de Cultura e Educação, onde os investimentos e projetos estejam devidamente enquadrados na Política Pública de Cultura da entidade proponente
	No caso dos projetos de requalificação museológica, obrigatoriedade de Adesão (ou em vias) à Rede Portuguesa de Museus (credenciação)
	Projetos inseridos em lógicas de programação cultural em rede
	Qualidade técnica e científica das equipas responsáveis pela implementação e desenvolvimento dos projetos propostos
INDICADORES E RESULTADOS	Clusterização das atividades culturais
	Impactos previstos em termos de competitividade territorial e geração de formas de emprego duradouro
	Impactos/contributos em termos de coesão social
	Dinamização da procura e alargamento de públicos
	Dinamização da criação e produção cultural
	Impactos (diretos e indiretos) na atratividade dos territórios (notoriedade, visibilidade, imagem)
	Qualificação/dinamização de atividades associadas às indústrias culturais e criativas, capazes de gerar e alimentar novos fluxos turísticos
	Capacitação de pessoas e organizações
Impacto na promoção da qualidade de vida das comunidades, por acesso à fruição cultural	

CONCLUSÃO

Partindo da “Visão Estratégica para a Região Centro 2030” (CCDRC,2020) e em alinhamento com os principais desafios, constrangimentos e linhas estratégicas propostos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, o presente documento procurou definir uma Estratégia Regional de Cultura no horizonte de dez anos (2020-2030), tendo como referentes um conjunto de reflexões teóricas e conceptuais sobre o papel da Cultura e das Políticas Culturais no desenvolvimento dos territórios e o diagnóstico realizado pela Direção Regional de Cultura do Centro no contexto do estudo “Cultura no Pós-2020”.

Deste modo, procuramos estabelecer uma Visão para o território que partindo da relação entre CULTURA-CRIATIVIDADE-RESILIÊNCIA DOS TERRITÓRIOS, viesse consubstanciar não apenas as legítimas ambições da Região no que às suas políticas culturais diz respeito, como potenciar os recursos endógenos que se identificam objetivamente como ativos específicos da Região, propondo simultaneamente respostas aos constrangimentos estruturais que até ao momento não foram plenamente solucionados do ponto de vista cultural e que exigem agora uma intervenção adequada para aproximar a região às grandes apostas e metas nacionais e europeias no domínio da Cultura e da Criatividade.

A esta Visão juntamos um conjunto de Objetivos Estratégicos e Ações que estruturam o quadro de investimento que propomos para a região e, bem assim, um conjunto de projetos específicos sinalizados pelos Municípios aquando da realização do estudo “Cultura no pós-2020”.

Deste modo, entendemos este documento como um ponto de partida para uma reflexão mais profunda que deverá ser promovida ao longo dos próximos meses com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, convocando-se novos documentos estruturais e novas estratégias que nesta fase se encontram a ser desenvolvidas, quer à escala nacional, quer europeia.

Desta reflexão deverá resultar claramente a definição de programas e linhas de investimento que permitam consolidar e consubstanciar a Região que pretendemos ser dentro de dez anos.

Coimbra, 05 de outubro de 2020

A Diretora Regional de Cultura do Centro

Doutora Suzana Menezes

BIBLIOGRAFIA

CCDR-C (2020): “Visão Estratégica para a Região Centro 2030.Versão de Setembro 2020”

Comissão Europeia (2018): “Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Uma Nova Agenda para a Cultura”. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=COM:2018:0267:FIN>

INE (2019): “Estatísticas de Cultura 2018”. Disponível em

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOEstipo=ea&PUBLICACOEcolecao=107703&selTab=tab0&xlang=pt

KEA European Affairs (2020): “The Impact of the Covid-19 pandemic on the Cultural and the Creative Sector”. Disponível em https://keanet.eu/wp-content/uploads/Impact-of-COVID-19-pandemic-on-CCS_COE-KEA_26062020.pdf.pdf

Llosa, Mario Vargas (2012): A civilização do Espetáculo. Lisboa. Quetzal Editores

Miles, Malcom (2012): “Uma cidade pós-criativa”, in, Revista Crítica de Ciências Sociais [online], N.º 99, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp. 9-30. Disponível em <http://rccs.revues.org/5091>

Silva, António Costa (2020): Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030”. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=2aed9c12-0854-4e93-a607-93080f914f5f>

UNESCO (1972): “Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural”. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>